



EDITAL E MINUTA DE CONTRATO REF. PREGÃO PRESENCIAL Nº 0043/2016.

Prefeitura Municipal de Pedro Canário - Estado do Espírito Santo, por determinação do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, por intermédio do seu Pregoeiro, que abaixo subscreve designado pela Portaria nº **052/2015** e no especial interesse da(s) Secretaria(s) Municipais de: **Administração, Obras, Agricultura, Transportes, Educação, Finanças, Saúde** comunica aos interessados que realizará licitação na modalidade **Pregão do tipo “menor preço”**, às **10h00min do dia 05/09/2016**, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Pedro Canário - Estado do Espírito Santo, situada na Rua São Paulo, n.º 220, Bairro Boa Vista, Pedro Canário - Estado do Espírito Santo, cujo Objeto é a **contratação de pessoa jurídica para fornecimento de materiais de consumo, destinados as Secretarias Municipais, desta municipalidade de Pedro Canário, para o exercício de 2016**, em conformidade com o Anexo I (Termo de Referência) que faz parte integrante deste Edital de Licitação, sob a supervisão da Secretaria Municipal de Administração, e será regido **pela Lei Federal nº 10.520/02 e 8.666/93, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, pela Lei Complementar Federal nº 123/2006, arts. 42 a 46, no que se refere aos benefícios aos micros e pequenos empresários**, e mediante as seguintes condições:

1 – TERMO DE REFERÊNCIA:

1.0 – Origem do pedido: Secretarias Municipais de: **Administração, Obras, Agricultura, Transportes, Educação, Finanças, Saúde.**

1.1 – Modalidade: **PREGÃO PRESENCIAL**

1.2 – Processo Administrativo nº.: **5335/2015, 0054/2016, 0435/2016, 6240/2015, 6241/2015, 0267/2015, 5490/2015.**

1.3 – Tipo de Licitação: **MENOR PREÇO**

1.4 – Objeto: **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO (AGUA MINERL E GAS DE COZINHA).**

1.5 – Credenciamento: **de 09h00min às 09h40min do dia 05/09/2016.**

2 – DATA, LOCAL E HORA PARA A ENTREGA DOS ENVELOPES.

2.1 – **Até o dia 05 de setembro de 2016 às 09h00min** os envelopes (PROPOSTA e HABILITAÇÃO) referentes a este Pregão deverão ser entregues no Setor de Protocolo desta PMPC no endereço acima citado.

2.1.1 – **EM NENHUMA HIPÓTESE SERÁ RECEBIDOS QUAISQUER DOCUMENTO PARA CREDENCIAMENTO, ENVELOPES DE PROPOSTAS E HABILITAÇÃO FORA DOS PRAZOS ESTABELECIDOS NESTE EDITAL.**

2.1.2 – Os envelopes (PROPOSTA e HABILITAÇÃO) serão entregues separadamente no setor de protocolo, devendo estar lacrados, rubricados, contendo na parte externa, seguintes dizeres:

Envelope nº 001 – PROPOSTA

Prefeitura Municipal de Pedro Canário
Rua São Paulo, n.º 220, Bairro Boa Vista.
Pedro Canário/ES
Razão Social completa da Licitante c/ CNPJ
Pregão nº **0043/2016**

Envelope nº 002 - HABILITAÇÃO

Prefeitura Municipal de Pedro Canário



Rua São Paulo, n.º 220, Bairro Boa Vista.
Pedro Canário/ES
Razão Social completa da Licitante c/ CNPJ
Pregão n.º **0043/2016**

2.1.3 – **Caso o licitante não esteja presente deverá enviar DECLARAÇÃO CONJUNTA conforme modelo do (ANEXO III) dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação na forma estipulada pelo item 4.1.1.**

3 – CREDENCIAMENTO

3.1 – Para fins de credenciamento junto ao Pregoeiro, o proponente poderá enviar um representante munido de documento que o credencie à participação (ANEXO II), respondendo o mesmo pela representada.

3.1.1- **SÓ SERÁ EFETUADO CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTE QUE ESTIVER PRESENTE NA DATA E HORÁRIO INDICADO NO ITEM 1.5 DESTA EDITAL.**

3.2 – **O credenciamento ocorrerá na mesma data e local mencionados no item 2.1 a partir das 09h00min limitado até as 09h40min.**

3.2.1 – **O credenciamento é imprescindível para que o interessado possa realizar lances verbais e sucessivos, bem como possa manifestar interesse recursal.**

3.2.2 – Para a efetivação do credenciamento o representante do proponente exibirá ao Pregoeiro qualquer documento de identidade emitido por órgão público juntamente com um **original** de instrumento procuratório (ANEXO II) que o autorize a participar deste Pregão e a responder pelo proponente, inclusive para a oferta de lances verbais de preços, firmar declarações, desistir ou apresentar recurso, assinar a ata e praticar todos os demais atos pertinentes ao presente certame, em nome do proponente.

3.2.3 – Deverá ser juntada cópia autenticada de documento (apresentação do ato constitutivo, estatuto ou contrato social e seus termos aditivos ou consolidação, do documento de eleição de seus administradores, devidamente registrados na Junta Comercial ou no cartório de pessoas jurídicas, conforme o caso), a fim de comprovar se o outorgante do instrumento procuratório que trata o subitem anterior possui os devidos poderes da outorga supra.

3.2.4 – No caso de proprietário, diretor, sócio ou assemelhado da proponente que comparecer ao local, deverá comprovar a representatividade por meio da apresentação do ato constitutivo, estatuto ou contrato social e seus termos aditivos ou consolidação, do documento de eleição de seus administradores, devidamente registrados na Junta Comercial ou no cartório de pessoas jurídicas, conforme o caso.

3.2.5 – Os documentos poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de nota ou por membro da CPL, Pregoeiro ou da Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Pedro Canário, hipótese em que a autenticação deverá ocorrer **previamente** ao credenciamento (**até 24 horas da abertura**), ou por publicação Oficial.

3.2.6 - **Para fazer uso dos benefícios constantes na Lei 123/06 de 14 de Dezembro de 2006, a empresa deverá apresentar o comprovante de opção pelo Simples obtido através do Site da Secretaria da Receita Federal (SIMPLES NACIONAL):** <<http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/>>.

3.3 – Caso o proponente não compareça, mas envie toda a documentação necessária dentro do prazo estipulado, participará do Pregão com a primeira proposta apresentada quando do início dos trabalhos, renunciando a apresentação de novas propostas e a interposição de recurso.



4 – ABERTURA DOS ENVELOPES:

4.1 – **As 10h00min dia 05 de setembro de 2016** será aberta a sessão pelo Pregoeiro na sala de reuniões da CPL localizada no 1º andar do edifício sede desta PMPC, sendo que nessa oportunidade os licitantes **deverão apresentar declaração conjunta** conforme modelo apresentado (**ANEXO III – COM FIRMA RECONHECIDA**).

4.1.1 – Em cumprimento ao disposto no **art. 4º, VII da Lei nº 10.520/02** a **declaração conjunta** deverá ser entregue **separadamente** dos envelopes nº 001 – PROPOSTA e nº 002 – HABILITAÇÃO, no momento do credenciamento.

4.1.2 – Caso o licitante não se faça presente deverá remeter a **DECLARAÇÃO** de que trata o item 4.1 em envelope apartado que deverá trazer os seguintes dizeres "Prefeitura Municipal de Pedro Canário - PMPC – Pregão nº **0043/2016** Envelope DECLARAÇÃO".

4.1.3 – Na hipótese dos licitantes não apresentarem, no momento da entrega dos envelopes, a Declaração de caráter obrigatório prevista no item 4.1, o Pregoeiro disponibilizará a estes um modelo de declaração que poderá ser preenchido e assinado pelo representante credenciado, **na falta de representante credenciado a licitante será automaticamente desclassificada**.

5 – OBJETO E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

5.1 – O objeto do presente edital é a **contratação de pessoa jurídica para fornecimento de materiais de consumo, destinados as Secretarias Municipais, desta municipalidade de Pedro Canário, para o exercício de 2016**, em conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

5.2 - Dotação Orçamentária:

5.2.1 – As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Orçamento vigente do Município de Pedro Canário – Processo nº 5335/2015.

Ficha: 0000061.

Órgão: 050000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

Unidade Orçamentária: 050100 – GABINETE DO SECRETÁRIO.

Função: 04 – ADMINISTRAÇÃO.

Sub Função: 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL.

Programa: 0005 – CONTROLE ADMINISTRATIVO.

Projeto/Atividade: 2.005 – MANUT. DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA.

Elemento de Despesa: 33903000000 – MATERIAL DE CONSUMO.

Fonte do recurso: 10000000 – RECURSOS ORDINÁRIOS.

Orçamento vigente do Município de Pedro Canário – Processo nº 0054/2016.

Ficha: 0000262.

Órgão: 080000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS.

Unidade Orçamentária: 080100 – GABINETE DO SECRETÁRIO.

Função: 15 – URBANISMO.

Sub Função: 451 – INFRAESTRUTURA URBANA.

Programa: 0008 – INFRAESTRUTURA DE OBRAS PÚBLICAS ESTRADAS VICINAIS.

Projeto/Atividade: 2.032 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA.

Elemento de Despesa: 33903000000 – MATERIAL DE CONSUMO.

Fonte do recurso: 10000000 – RECURSOS ORDINÁRIOS.

Orçamento vigente do Município de Pedro Canário – Processo nº 0435/2016.

Ficha: 0000455.



Órgão: 110000 - SECRETARIA MUNICIPAL AGRICULTURA.
Unidade Orçamentária: 110100 – GABINETE DO SECRETÁRIO.
Função: 20 – AGRICULTURA.
Sub Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL.
Programa: 0018 – DEFESA DO INTERSSE PÚBLICO.
Projeto/Atividade: 2.069 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA.
Elemento de Despesa: 33903000000 – MATERIAL DE CONSUMO.
Fonte do recurso: 10000000 – RECURSOS ORDINÁRIOS.

Orçamento vigente do Município de Pedro Canário – Processo nº 6240/2015.

Ficha: 0000493.

Órgão: 120000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES.
Unidade Orçamentária: 120100 – GABINETE DO SECRETÁRIO.
Função: 15 – URBANISMO.
Sub Função: 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL.
Programa: 0021 – INFRAESTRUTURA DE ESTRADAS VICINAIS.
Projeto/Atividade: 2.082 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA.
Elemento de Despesa: 33903000000 – MATERIAL DE CONSUMO.
Fonte do recurso: 10000000 – RECURSOS ORDINÁRIOS.

Orçamento vigente do Município de Pedro Canário – Processo nº 6241/2015.

Ficha: 0000496.

Órgão: 120000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES.
Unidade Orçamentária: 120100 – GABINETE DO SECRETÁRIO.
Função: 15 – URBANISMO.
Sub Função: 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL.
Programa: 0021 – INFRAESTRUTURA DE ESTRADAS VICINAIS.
Projeto/Atividade: 2.082 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA.
Elemento de Despesa: 33903000000 – MATERIAL DE CONSUMO.
Fonte do recurso: 16050000 – ROYALTIES DO PETROLEO.

Orçamento vigente do Município de Pedro Canário – Processo nº 5592/2015.

Ficha: 0000127.

Órgão: 070000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.
Unidade Orçamentária: 070100 – GABINETE DO SECRETÁRIO E VINCULADOS.
Função: 12 – EDUCAÇÃO.
Sub Função: 365 – EDUCAÇÃO INFANTIL.
Programa: 0007 – EDUCAÇÃO PARA TODOS.
Projeto/Atividade: 2.014 – MANUT. DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA.
Elemento de Despesa: 33903000000 – MATERIAL DE CONSUMO.
Fonte do recurso: 11010000 – MDE.

Orçamento vigente do Município de Pedro Canário – Processo nº 0267/2016.

Ficha: 0000032.

Órgão: 040000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS.
Unidade Orçamentária: 040100 – GABINETE DO SECRETÁRIO.
Função: 04 – ADMINISTRAÇÃO.
Sub Função: 123 – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA.
Programa: 0004 – ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA.
Projeto/Atividade: 2.004 – MANUT. DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA.
Elemento de Despesa: 33903000000 – MATERIAL DE CONSUMO.
Fonte do recurso: 10000000 – RECURSOS ORDINÁRIOS.

Orçamento vigente do Município de Pedro Canário – Processo nº 5490/2015.

Ficha: 0000030.

Órgão: 090000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.



Unidade Orçamentária: 090100 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
Função: 10 – SAÚDE.
Sub Função: 301– ATENÇÃO BÁSICA.
Programa: 0009 – SAÚDE PARA TODOS.
Projeto/Atividade: 2.038 – PAB FIXO.
Elemento de Despesa: 33903000000 – MATERIAL DE CONSUMO.
Fonte do recurso: 12030000 – RECURSOS DO SUS.

6 – DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA A PARTICIPAÇÃO

6.1 – Somente poderão participar deste Pregão as empresas que atenderem todas as exigências contidas neste edital e seus anexos, além das disposições legais, independentemente de transcrição.

6.2 – Poderão participar deste Pregão somente pessoas jurídicas que desenvolvam as atividades objeto desta licitação e que atendam as exigências deste edital.

6.3 – Não serão admitidas a participação nesta Licitação de empresas que estejam cumprindo pena de suspensão temporária de participação em licitação e/ou impedimento de contratar com a Administração Pública; que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com qualquer órgão público; ou que se subsumem às disposições dos **arts. 9º e inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93**.

7 – DA ENTREGA DOS ENVELOPES PROPOSTA E HABILITAÇÃO

7.1 – Os licitantes deverão entregar no entre tempo definido neste edital sua proposta e sua documentação necessária para habilitação, em 02 (dois) envelopes distintos, lacrados e rubricados, contendo na parte externa, além da razão social completa da proponente (**com CNPJ**) os seguintes dizeres: "Prefeitura Municipal de Pedro Canário– Pregão nº **0043/2016** Envelope nº 011 – PROPOSTA; Envelope nº 002 – HABILITAÇÃO".

7.2 – O Envelope nº 001 – PROPOSTA deverá conter as informações/documentos exigidos no item 8.1 deste Edital, e o Envelope nº 002 – HABILITAÇÃO deverá conter os documentos/informações exigidos no item 9.1 deste Edital.

7.3 – Os documentos poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de nota ou por membro da CPL, Pregoeiro ou da Equipe de Apoio da PMPC, hipótese em que a autenticação deverá ocorrer **previamente** à entrega dos envelopes lacrados, ou por publicação Oficial.

8 – ENVELOPE Nº 001 – PROPOSTA

8.1 – A proposta deverá ser formulada em 01 (uma) via, datilografada ou digitada, contendo a identificação da empresa licitante (no mínimo: nome e CNPJ), datada, assinada e carimbada por seu representante legal, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devendo conter as seguintes informações:

- a) Discriminação completa do objeto ofertado com indicação da **marca** conforme especificações e condições previstas no **Anexo I**;
- b) Validade da proposta a qual não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias contados da data de abertura da mesma;
- c) A entrega será **PARCELADA**, e deverá ser realizada no **almoxarifado**, em **até 05 (cinco)** dias após o recebimento da "Ordem de Fornecimento" feita pela Secretaria e em conformidade com o cronograma de entrega.



d) O pagamento será realizado, **em até 10 (dez) dias** após a apresentação da competente nota fiscal correspondente ao grupo que deverá conter obrigatoriamente o visto da Secretaria.

e) Quantidade e preço unitário ofertado, devendo ser cotado em Real e com até duas casas decimais após a vírgula (R\$ X,XX), incluindo-se todos os custos, dentre eles, os encargos sociais, impostos, taxas, seguros, Saúdes, licenças, manutenção, despesas de frete e todas as demais despesas necessárias para a entrega dos materiais, objeto deste Edital.

f) O preço unitário deverá ser apresentado em **algarismo**, e o preço total em algarismo e por extenso.

8.2 – Em caso de divergência entre o preço expresso em algarismo e o por extenso, será levando em consideração o último.

8.3 – Nos preços propostos já serão considerados incluídos todos os encargos, tributos, Saúde, seguros, contribuições e obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias, bem como todos os outros custos relacionados aos demais serviços de apoio, os quais não acrescentarão ônus para a PMPC.

8.4 – A simples apresentação da proposta por si só implicará a plena aceitação por parte do licitante de todas as condições deste edital, independentemente de transcrição.

8.5 – A proposta será desclassificada se desatender, expressamente, as normas e exigências deste edital, principalmente quanto à data, validade e à assinatura da mesma.

8.6 – Não será considerada nenhuma oferta ou vantagem baseada nas propostas dos demais licitantes, ou não prevista neste edital.

8.7 – As propostas deverão trazer as mesmas expressões contidas no Anexo I, evitando sinônimos técnicos, omissões ou acréscimos referentes à especificação do objeto.

8.8 – Não serão aceitas propostas parciais (quantidade inferior) com relação a cada item.

9 – ENVELOPE Nº 002 – HABILITAÇÃO

9.1 – Os licitantes deverão apresentar no Envelope nº 002 – HABILITAÇÃO, os documentos abaixo enumerados:

9.1.1 – HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, seus termos aditivos **ou consolidação**, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição dos seus administradores, ou Registro Comercial no caso de empresa individual.

b) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

9.1.1.1 – A Habilitação Jurídica presta-se para observar a atividade da empresa e a composição da sociedade.

9.1.1.2 – ***Caso os documentos referentes à Habilitação Jurídica tenham sido juntados no momento do credenciamento, e uma vez comprovada às informações mencionadas no subitem imediatamente anterior, fica o***



proponente dispensado de fazer nova apresentação de documentação no Envelope nº 01 – HABILITAÇÃO.

9.1.2 – REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

9.1.2.1 - A documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, conforme o caso consistirá em:

- a) Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Negativa da SRF e Certidão Negativa da Dívida Ativa – Procuradoria da Fazenda);
- b) Prova de regularidade (certidão) com a Seguridade Social – INSS; **(se for o caso).**
- c) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa;
- d) Prova de regularidade (certidão) com o FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço);
- e) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal – Sede da empresa;
- g) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- h) Alvará de localização de funcionamento municipal.
- i) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede da empresa, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.1.3 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, Art. 31 da Lei 8.666/93:

- a) - Certidão Negativa de Falência e Concordata, expedida pelos Cartórios Distribuidores competentes, da sede da pessoa jurídica, datada de no máximo 30 (trinta) dias anteriores à data de apresentação da documentação;

9.1.4 – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Comprovação de que a licitante forneceu, sem restrição, material igual ou semelhante ao indicado no Anexo I do edital. A comprovação será feita por meio de apresentação de atestado(s), fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o fornecimento do objeto que seja compatível ao desta licitação, devidamente assinado(s), carimbado(s) e, preferencialmente, em papel timbrado da empresa ou órgão tomador do serviço.

9.2 – O CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL – CRC emitido pela PMPC em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações substituirá a documentação exigida no item **9.1.2, letras “a”, “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h” e “i”.**

9.2.1 – Caso algum documento esteja vencido ou tenha sofrido alteração, ou que não tenha sido apresentado para fins de cadastro, deverá ser inserido no Envelope 002 – Habilitação, juntamente com o CRC (Certificado de Registro Cadastral).

9.2.2 – O Pregoeiro, durante a análise do envelope de Habilitação, procederá à validação nos *sites* dos órgãos oficiais (Receita Federal, PGFN, Caixa Econômica Federal, Previdência Social, Secretarias da Fazenda Estadual e Municipal) emissores das certidões negativas apresentadas.

9.2.3 – OS DOCUMENTOS DEVERÃO SER APRESENTADOS NA MESMA ORDEM DISPOSTA PELO EDITAL.

9.2.4 - Caso os comprovantes de regularidade expedidos pelas Fazendas Públicas Estaduais e Municipais não tragam consignados os respectivos prazos de validade, e estes não sejam do conhecimento da Comissão, considerar-se-ão como máximos, os prazos vigentes no Estado do Espírito Santo e no Município de Pedro Canário.



9.2.5 - Não serão aceitos quaisquer protocolos em substituição aos documentos e certidões solicitados.

9.2.6 - Sob pena de inabilitação, os documentos exigidos para habilitação deverão ser apresentados no original, cópia autenticada ou cópia não autenticada acompanhada dos respectivos originais, para autenticação pelo Presidente ou Membro da **CPL** da Prefeitura Municipal de Pedro Canário, ou por publicação em órgão da imprensa oficial, não se aceitando documentos em forma de 'FAX' e nem a apresentação de protocolo em substituição a documento solicitado.

9.3 - As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeitos de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, **Art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006**.

9.3.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, & **1º do Art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela LC nº 147/2014**.

9.3.2 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no **art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993**, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação, & **2º do Art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006**.

10 – PROCEDIMENTOS DA SESSÃO E JULGAMENTO

10.1 – Declarada aberta a sessão pelo Pregoeiro, não mais serão admitidos novos proponentes.

10.2 – Depois de aberta a sessão, os interessados ou seus representantes, deverão apresentar **declaração conjunta** conforme modelo do **(ANEXO III)**.

10.2.1 – Caso o licitante não esteja presente deverá enviar **declaração conjunta (ANEXO III)** na forma estipulada pelo item 4.1.1.

10.3 – O Pregoeiro procederá à abertura do Envelope nº 001 – PROPOSTA, julgando-as e classificando-as, pelo **MENOR PREÇO POR ITEM** considerando para tanto as disposições da **Lei nº 10.520/02, principalmente as previstas no art. 4º, VIII, IX e X**.

10.3.1 - No curso da sessão, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor;

10.3.2 - Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no inciso anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 3 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos;

10.3.3 - Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de menor preço, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital;

10.4 – Não serão admitidos lances ou propostas fracionados por item.

10.5 – Serão desclassificadas as propostas elaboradas em desacordo com os termos deste edital ou imponham condições, que se opuserem a quaisquer dispositivos legais vigentes, ou que consignarem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis.



10.6 – Uma vez classificadas as propostas o Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

10.7 – Os valores dos lances deverão ser decrescentes e distintos.

10.8 – A desistência em apresentar lance verbal, quando convidado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

10.9 – O Pregoeiro durante a sessão poderá estipular normas, procedimentos, prazos e demais condições que julgar necessárias a fim de por ordem ao certame.

10.10 – **Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades previstas em lei e neste edital.** Dos lances ofertados não caberá retratação.

10.11. *Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, será considerada melhor classificada a licitante que oferecer o lance de menor preço, assegurados os benefícios da **Lei Complementar 123/2006** para as microempresas e empresas de pequeno porte, inclusive quanto ao critério de desempate.*

10.12. *Considera-se empate aquela situação em que o lance final apresentado pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) ao melhor preço final, sendo assegurado a estas o direito de apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.*

10.13. *Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do item 10.12, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem no citado empate, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.*

10.14. *No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no item 10.12 (cinco por cento - 5%), será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar uma melhor oferta.*

10.15. *Na hipótese de não contratação nos termos disciplinados para o empate, o objeto será adjudicado a favor da proposta originalmente vencedora do certame.*

10.16 *A regra do empate somente se aplicará quando a melhor oferta não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.*

10.17 *A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.*

10.18 *Sendo aceitável o preço ofertado, o Pregoeiro assim o declarará, procedendo-se em seguida a abertura do envelope de "HABILITAÇÃO" da licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas neste Edital.*

10.19 Serão inabilitadas as licitantes que não apresentarem a documentação em situação regular, salvo as exceções previstas neste Edital.

10.20 **Verificado o atendimento das exigências do Edital, será declarada vencedora a licitante que oferecer o MENOR PREÇO POR ITEM, na forma acima, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo Pregoeiro.**

10.21 – Ficarão o licitante vencedor obrigado a apresentar ao Pregoeiro, **no prazo de 24 (vinte e quatro) horas** contadas a partir da assinatura da ata, nova planilha de custos, salvo se mantidos os preços constantes de sua proposta escrita.



10.22 O Pregoeiro manterá em seu poder os documentos das demais licitantes, pelo prazo de 15 (quinze) dias, contados após a homologação da licitação, devendo as empresas retirá-los após este período, sob pena de inutilização dos mesmos.

10.23 Da Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada, que será assinada pelo Pregoeiro, e posteriormente publicada no Quadro de Avisos da PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO CANÁRIO.

10.24 – O proponente é responsável pelas informações e documentações apresentadas, sendo motivo de desclassificação ou inabilitação a prestação de quaisquer dados ou documentos falsos. A desclassificação ou inabilitação poderá ocorrer em qualquer fase, se porventura o Pregoeiro vier a tomar conhecimento de fatos que contrariem as disposições contidas neste edital ou que desabonem a idoneidade do proponente.

10.25 – O Pregoeiro ou a autoridade superior poderá solicitar esclarecimentos e promover diligências, em qualquer momento e sempre que julgar necessário, fixando prazo para atendimento, destinados a elucidar ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente em qualquer dos envelopes.

11 – PRAZO DE ENTREGA

11.1 - Prazo de entrega: A entrega será **PARCELADA**, e deverá ser realizada no **almoxarifado, em até 05 (cinco) dias** após o recebimento da “Ordem de Fornecimento” feita pela Secretaria e em conformidade com o cronograma de entrega.

11.1.1 - Entende-se como prazo de entrega o tempo, em dias úteis, necessário para que os objetos sejam entregues nos locais determinados pelo órgão requisitante, aceitos, livres de quaisquer ônus.

11.2 – Os objetos descritos no Anexo deverão ser entregue no **almoxarifado** localizado à Rua São Paulo, n.º 220, Bairro Boa Vista Centro Pedro Canário/ES, em horário comercial conforme estipulado na respectiva Ordem de Fornecimento.

11.3 – Os objetos deverão estar estritamente de acordo com as especificações constantes na Folha Adicional em **anexo I**.

11.4 - Decorridos 60 (sessenta) dias da data de entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos. **(artigo 64, § 3º da Lei 8.666/93)**.

11.5 - A fiscalização da entrega do objeto desta licitação será de competência e responsabilidade exclusiva do Município através de seu representante legal que será indicado pelo Secretário da pasta, através de portaria interna, a quem caberá verificar se, na sua execução, estão sendo cumpridos os termos do Contrato, o Termo de Referência, suas especificações e demais requisitos, bem como atestar as notas fiscais/faturas, com vistas a posterior autorização dos pagamentos, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para a fiel execução dos serviços objeto deste edital.

12– RECURSOS E IMPUGNAÇÕES

12.1 – Dos atos relacionados a este procedimento licitatório cabem os recursos previstos na **Lei nº 10.520/02 e na Lei 8.666/93 e suas alterações**, sendo a autoridade superior para o recurso o Prefeito Municipal de Pedro Canário.

12.1.1 - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a



correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

12.1.2 - o acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

12.1.3 - a falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor;

12.1.4 - decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor;

12.2 – Os recursos deverão observar os seguintes critérios:

a) serem dirigidos ao Pregoeiro, devidamente fundamentados e, se for o caso, acompanhados de documentação pertinente;

b) serem assinados por representante legal do licitante ou Procurador com poderes específicos, hipótese em que deverá ser anexado o instrumento procuratório (se ausente nos autos);

c) os recursos deverão ser apresentados no Protocolo da PMPC, e fora do prazo legal não serão conhecidos.

12.3 – impugnação:

a) Aplicam-se os dispostos nos **§§ 1º, 2º, 3º e 4º do Art. 41 da Lei 8.666/93, em consonância com o disposto no Art. 12 do Decreto nº. 3555/2000.**

13 – HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

13.1 – A classificação das propostas, o julgamento da proposta e da habilitação será submetido à autoridade superior para deliberação quanto à sua homologação e a adjudicação do objeto da licitação caso ocorra recurso.

13.2 – Caso não haja interesse recursal manifestado na sessão o Pregoeiro é quem adjudicará o objeto, sendo que esta adjudicação não produzirá efeitos até a homologação pela autoridade superior.

14 – RETIRADA DA ORDEM DE FORNECIMENTO

14.1 – A PMPC, por intermédio do Pregoeiro convocará a(s) licitante(s) para retirar(em) a(s) respectiva(s) Ordem(ns) de Fornecimento relativa ao presente pregão.

14.2 – O prazo para a retirada da Ordem de Fornecimento após a convocação é de 3 (três) dias úteis.

15 – ACEITAÇÃO E PAGAMENTO

15.1 – O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) mediante a apresentação à Prefeitura Municipal de Pedro Canário de documento(s) fiscal(is) hábil(eis), sem emendas ou rasuras e ter ocorrido o recebimento na forma prevista no **art. 73 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações**, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, após a entrega dos objetos.

15.1.1 – O pagamento somente será efetuado após o recebimento definitivo do objeto, que deverá estar em conformidade com as exigências do **ANEXO I**.

15.1.2 - A liquidação das despesas obedecerá rigorosamente o estabelecido na **lei nº 4.320/64**.



15.2 – Ocorrendo erros na apresentação do(s) documento(s) fiscal(is), o(s) mesmo(s) será(ão) devolvido(s) à contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação da nova fatura, devidamente corrigida.

15.3 – A PMPC poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pela contratada, em decorrência de inadimplemento contratual.

15.4 – O pagamento das faturas somente será feito em carteira ou cobrança simples, sendo expressamente vedada à contratada a cobrança ou desconto de duplicatas por meio da rede bancária ou de terceiros.

15.5 – Para a efetivação do pagamento o licitante deverá manter as mesmas condições previstas neste edital no que concerne a **PROPOSTA e a HABILITAÇÃO. Art. 55, inciso XIII da Lei nº 8.666/93.**

15.6 - O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, em conformidade com o **Art. 65, § 1º da Lei 8.666/1993.**

15.7 - Será observado o prazo de até 10 (dez) dias para pagamento, contados a partir da apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente **atestada** pelo setor competente e, conforme dispõe o **art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93.**

15.8 - Transcorrido o prazo estabelecido no presente instrumento para o pagamento, o Município fica obrigado a atualizar os valores do débito, tendo por base a data do adimplemento das obrigações até a do efetivo pagamento, aplicando as atualizações com base nos índices estabelecidos pelo Governo Federal à época dos fatos, em conformidade com o disposto no **inciso XIV, alíneas "c" e "d" do Art. 40 da Lei 8.666/93.**

16 – PENALIDADES E SANÇÕES

16.1 – A empresa adjudicatária deverá observar rigorosamente as condições estabelecidas para o fornecimento do objeto licitado, sujeitando-se às penalidades constantes no **art. 7º da Lei nº 10.520/02 e nos arts. 86 e 87 da Lei 8.666/93 e suas alterações**, a saber:

16.1.1 – Impedimento do direito de licitar com a Administração Pública por um período de até 5 (cinco) anos.

16.1.2 – Multa pelo atraso no prazo da data para entrega do objeto após a adjudicação ou pela não retirada da ordem de compra, calculada pela fórmula:

$$M = 0,005 \times C \times D$$

onde:

M = valor da multa

C = valor da obrigação

D = número de dias em atraso

17 – DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 – Ao apresentar proposta, fica subentendido que o licitante conhece todas as condições estabelecidas no presente edital, e seus anexos.

17.2 – A PMPC reserva-se o direito de efetuar diligências com a finalidade de verificação da autenticidade e veracidade dos documentos e das informações apresentadas nas propostas.

17.3 – O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados.

17.4 – O Pregoeiro solicitará, em qualquer época ou oportunidade, informações complementares, se julgar necessário.



17.5 – Poderão ser convidados a colaborar com o Pregoeiro, assessorando-o, quando necessário, profissionais de reconhecida competência técnica, não vinculada direta ou indiretamente a qualquer dos licitantes, bem como qualquer outro servidor desta PMPC.

17.6 – **Este Edital será regido pelas regras e princípios publicistas, pela Lei nº 10.520/02 e pela Lei nº 8.666/93 com suas alterações, independente da transcrição das normas vigentes.**

17.7 – O pregoeiro resolverá os casos omissos com base no ordenamento jurídico vigente.

17.8 – Informações complementares inerentes a este pregão poderão ser obtidas pelos interessados através do tel.: **(27) 3764-3605, em dias úteis no horário de 12h00min as 18h00min – E-mail licitação@pedrocanario.es.gov.br.**

17.9 – *O pregoeiro pode a qualquer tempo negociar o preço com o licitante vencedor a fim de almejar proposta mais vantajosa para a Administração.*

17.10 – Fazem parte do presente Edital integrando-o de forma plena, independentemente de transcrição:

17.10.1 – *Anexo I - Especificação do objeto e demais condições;*

17.10.2 – *Anexo II- Modelo de Credenciamento;*

17.10.3 – *Anexo III - Modelo de Declaração Conjunta.*

17.10.4 – *Anexo IV – Minuta de Contrato*

Pedro Canário/ES, 18 de agosto de 2016.

Almir Vasconcelos Neves

Pregoeiro Oficial – PMPC.



PREGAO PRESENCIAL 0043/2016

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETIVO

1.1. Em observância ao disposto na **Lei Municipal nº 964, de 30/12/2010**, elaboramos o presente Termo de Referência para que, através do procedimento legal pertinente, seja efetuada a **contratação de pessoa jurídica para fornecimento de materiais de consumo, destinados as Secretarias Municipais, desta municipalidade de Pedro Canário, para o exercício de 2016**, destinados as Secretarias Municipais, desta municipalidade de Pedro Canário, para o exercício de 2016, em conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

2. A participação de qualquer proponente vencedor no processo implica a aceitação tácita, incondicional, irrevogável e irretroatável dos seus termos, regras e condições. Nos preços já estão inclusas todas as despesas tais como: despesa com funcionários, materiais utilizados, impostos, transportes, taxas ou o outras.

2.1 Segue abaixo quadro com a especificação básica de cada item:

ITEM	DESCRIÇÃO BÁSICA (*)	UNIDADE DE MEDIDA
1	Açúcar cristal, em pacotes de 2kg.	KG
2	Café especial torrado e moído, em pacotes de 250g.	KG
3	Leite Integral - cx com 12 unidades de O1 Litro cada - Embalagem Pack.	CX
4	Margarina - Pote de 500g - com sal, sem colesterol, sem glúten.	POTE
5	Pão Francês.	KG

2.1.1 ESPECIFICAÇÕES BÁSICAS DOS MATERIAIS E ESTIMATIVA DE CONSUMO ANUAL POR SECRETARIA.

ITEM	UNID	QTDE	DESCRIÇÃO DO OBJETO	MARCA	PREÇO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – PROC. Nº 5335/2015.						
1	KG	70	Açúcar cristal, em pacotes de 2kg.			
2	KG	30	Café especial torrado e moído, em pacotes de 250g.			
SOMA I						
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS – PROC. Nº 0054/2016.						
3	KG	1000	PÃO FRANCÊS			
4	POTE	220	MARGARINA - POTE DE 500G - COM SAL , SEM COLESTEROL, SEM GLUTEN.			
5	CX	84	LEITE INTEGRAL - CX COM 12 UNIDADES DE O1 LITRO CADA - EMBALAGEM PACK.			
6	KG	140	Açúcar cristal, em pacotes de 2kg.			
7	KG	140	Café especial torrado e moído, em pacotes de 250g.			
SOMA II.....						
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA – PROC. Nº 0435/2016.						



Prefeitura Municipal de Pedro Canário

Estado do Espírito Santo

Comissão Permanente de Licitação

8	KG	250	Açúcar cristal, em pacotes de 2kg.			
9	KG	36	Café especial torrado e moído, em pacotes de 250g.			
SOMA III.....						
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES – PROC. Nº 6240/2015.						
10	KG	140	Açúcar cristal, em pacotes de 2kg.			
11	KG	50	Café especial torrado e moído, em pacotes de 250g.			
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES – PROC. Nº 6241/2015.						
12	Kg	1000	Pão Frances			
13	Pote	130	Margarina - Pote de 500g - Com Sal , Sem Colesterol, Sem Gluten.			
14	CX	50	Leite Integral - Cx Com 12 Unidades de O1 Litro Cada - Embalagem Pack.			
SOMA IV.....						
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PROC. Nº 5592/2015.						
15	KG	150	Açúcar cristal, em pacotes de 2kg.			
16	KG	70	Café especial torrado e moído, em pacotes de 250g.			
SOMA V.....						
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS – PROC. Nº 0267/2016.						
17	KG	130	Açúcar cristal, em pacotes de 2kg.			
18	KG	50	Café especial torrado e moído, em pacotes de 250g.			
SOMA VI.....						
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – PROC. Nº 5490/2015.						
19	KG	500	Açúcar cristal, em pacotes de 2kg.			
20	KG	80	Café especial torrado e moído, em pacotes de 250g.			
SOMA VII.....						
TOTAL GERAL.....						

(*) A especificação detalhada é dada nos subitens abaixo.

2.2. ESPECIFICAÇÃO DO ITEM 01 (AÇÚCAR CRISTAL).

2.2.1 O Açúcar deverá ser do tipo cristal, com aspecto, cor e cheiro próprios, sabor doce, isento de sujidades, parasitas, materiais terrosos e detritos animais ou vegetais, acondicionado em saco plástico atóxico e suas condições deverão estar de acordo com a NTA-52/53 (decreto 12.486 de 20/10/78).

2.2.2 O açúcar deverá estar empacotado em embalagens de 01 (um) quilograma, com dados de identificação e data de fabricação, número do lote e registro no IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool expressos, além de prazo de validade não inferior a 12 meses, contado a partir da efetiva entrega do produto.

2.3. Especificação do ITEM 02 (café torrado e moído)

2.3.1 A qualidade do café deverá obedecer à resolução 277, de 22.09.2005, da ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária; a Instrução Normativa nº 8 de 11.07.2003, do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e, complementarmente e a Norma de Qualidade Recomendável ABIC/PQC, de 28.04.2004, que adotou o Nível Mínimo de Qualidade de 4,5 pontos.



2.3.2 A empresa vencedora deverá apresentar juntamente com a proposta o Certificado de Autorização ao Uso do Selo de Pureza ABIC – Associação Brasileira da Indústria de Café, atualizado.

2.3.3 No rótulo da embalagem do produto deverão estar impressas, de forma clara e indelével, informações referentes à identificação e marca, nome e endereço do produtor, peso líquido e a validade do produto.

2.3.4 Outras características:

2.3.4.1. Acondicionamento: embalagem à vácuo, com registro da data de fabricação e validade estampadas na embalagem e validade mínima de 17 meses a contar da entrega pelo fornecedor.

2.3.4.2. Aspecto: em pó homogêneo, torrado e moído.

2.3.4.3. Classificação: no máximo 20% PVA (grãos pretos, verdes e ou ardidos).

2.3.4.4. Ponto de torra: média.

2.3.4.5. Bebida: mole.

2.3.4.6. Aroma: suave.

2.3.4.7. Sabor: intenso.

2.3.4.8. Qualidade: 7,3 pontos ou mais, na escala de zero a dez do NMQ ABIC.

2.3.4.9. Moagem: média.

2.3.4.10. Corpo: encorpado.

3. JUSTIFICATIVA

3.1. A aquisição dos produtos, objeto deste expediente, é necessária para proporcionar uma melhora no ambiente de trabalho nas dependências das Secretarias e suas unidades descentralizadas, localizadas no interior do Município, permitindo ao público interno e externo condições mínimas de conforto.

3.1.1 Quanto ao critério de julgamento de menor preço, foi realizada pesquisa de mercado com objetivo de apurar a média dos preços locais. Assim, as propostas deverão observar os valores de referência abaixo indicados. Espera-se com isso conseguir a proposta mais vantajosa para a Administração, melhor alocando os recursos públicos, fator indispensável à boa gestão administrativa.

3.1.2 O critério de aceitabilidade serão os preços unitários máximos abaixo definidos:

4. QUANTIDADES E VALORES MÁXIMOS ADMITIDOS

ITEM	Descrição Básica	UNIDADE DE MEDIDA	Quantidade	Valor Máximo	
				Unitário	Total
1	Açúcar cristal, em pacotes de 2kg.	KG	1.380	3,60	4.968,00
2	Café especial torrado e moído, em pacotes de 250g.	KG	456	21,00	9.576,00
3	Leite Integral - cx com 12 unidades de O1 Litro cada - Embalagem Pack.	CX	134	42,00	5.628,00
4	Margarina - Pote de 500g - com sal, sem	POTE	350	6,50	2.275,00



	colesterol, sem glúten.				
5	Pão Francês.	KG	2000	11,30	22.600,00

4.1 - Considerando que vários itens repetem os mesmos objetos, diferentes apenas nos quantitativos, sendo assim, informamos que os valores das propostas de preços unitários apresentadas para os objetos repetidos deverão ser iguais para todos os programas.

5. DOS PRAZOS E LOCAL DAS ENTREGAS

5.1. Os objetos descritos no Anexo deverão ser entregue no **almoxarifado** localizado à Rua São Paulo, n.º 220, Bairro Boa Vista Centro Pedro Canário/ES, ou se for o caso, em almoxarifado específico da secretaria interessada, em horário comercial conforme estipulado na respectiva Ordem de Fornecimento.

5.2. O recebimento dos produtos ocorrerá em dias úteis que sejam de expediente normal de trabalho da Prefeitura. Serão efetuadas no horário das 8h00min às 11h00min, ou das 13h às 18h00min. Além disso, o dia imediatamente posterior ao selecionado para entrega também deve ser útil e de expediente normal da Prefeitura.

5.3. Para entregas fora do horário definido no item 5.2, o interessado deve requerer antecipadamente a Secretaria interessada, que decidirá sobre a possibilidade de atendimento em cada caso.

5.4. Se deferido o pedido mencionado na cláusula 5.3, o interessado agendará com a Secretaria um horário para a entrega dentro do período das 8h00min às 11h00min, ou das 13h00 às 18h00min dos dias úteis e de expediente normal de trabalho da Prefeitura Municipal, desde que o dia imediatamente posterior também seja útil e de expediente normal da Prefeitura.

5.5. O horário agendado em virtude da cláusula 5.4 será decidido pela Secretaria interessada, que definirá o momento mais razoável, ou o horário de menor prejuízo ao serviço da Prefeitura.

5.6. As mercadorias serão deixadas pelo transportador ou fornecedor em local adequado, o qual será definido pelo servidor da Secretaria no momento em que estiver sendo efetuado o recebimento.

5.7. As entregas dos objetos deverão ser efetuadas sempre que forem solicitadas no prazo de até 05 (cinco) dias úteis.

5.8. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no termo de referência, devendo ser substituído no prazo de 5 (cinco) dias para todos os itens deste termo, tudo às custas da CONTRATADA, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste edital.

5.9. O objeto será recebido definitivamente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, mediante termo circunstanciado.

6. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

São obrigações do fornecedor:

6.1 fornecer o objeto de acordo com a especificação técnica e as condições estabelecidas no edital e demais anexos que fazem parte deste certame.

6.2 Cumprir os prazos estipulados para entrega do objeto, substituindo-o, às suas expensas, no prazo fixado, quando se verificarem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções.

6.3 Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.



6.4 A falta de quaisquer dos materiais cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegado como motivo de força maior para o atraso ou inexecução da obrigação e não o eximirão das penalidades a que está sujeito pelo descumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.

6.5 Indicar preposto, tão-logo assinado este instrumento, como contato para todos os atos a serem praticados no prazo de vigência do contrato.

6.6 Comunicar imediatamente à Contratante qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros considerados necessários para recebimento de correspondência.

6.7 Manter seus empregados, quando nas dependências da Contratante, devidamente identificados.

6.8 Arcar com as despesas com embalagem, seguro e transporte dos materiais até o local de entrega.

6.9 Responder por todos os ônus referentes ao fornecimento contratado, tais como impostos, taxas, encargos sociais e obrigações trabalhistas e civis, decorrentes do objeto da presente licitação.

6.10 Comunicar imediatamente à Contratante, por escrito, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a entrega dos materiais, para adoção de medidas cabíveis.

6.11 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta licitação.

6.12 Manter, durante o prazo de vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.13 O veículo de transporte deverá atender aos seguintes requisitos no trajeto da distribuidora até a localidade da entrega:

6.13.1. O veículo de transporte de açúcar e café deve estar sempre limpo para garantir a integridade e a qualidade dos produtos; ser tipo "baú" ou no mínimo deve ser coberto com uma lona.

6.13.2. Veículos de passeio não são permitidos.

6.13.3. Ter compartimento de carga limpo, sem odores ou pontas (lascas e pregos) que possam comprometer as embalagens.

6.13.4. O piso da carroceria deve estar isento de frestas e buracos para evitar a passagem de umidade e poeira.

6.13.5. Não transportar com açúcar e café, pessoas, animais, materiais de limpeza, cargas tóxicas e gás de cozinha.

6.14. A área de armazenagem de açúcar e café deverá atender basicamente as seguintes características:

6.14.1. A área de armazenagem de açúcar e café deve ser mantida limpa, seca, ventilada, com temperatura ambiente, abrigada do calor, cheiros e luz solar; teto, paredes e luminárias limpas.

6.14.2. Área fechada com intuito de impedir a entrada de pragas (insetos, pássaros, ratos, baratas e etc).

6.14.3. A área deve ser pavimentada, sem depósito de lixo.

6.14.4. Não é permitido o trânsito ou a permanência de animais domésticos (cães, gatos, pássaros, etc.) no local de armazenagem.

6.14.5. Lavar o local de armazenagem no mínimo 1 (uma) vez por semana utilizando apenas detergente neutro. Produtos que exalam cheiro são proibidos.



7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da contratante:

- 7.1 Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pelo fornecedor, nos termos do edital, do Termo de Referência e da Proposta.
- 7.2 Pagar o valor resultante do fornecimento do objeto ao fornecedor, na forma estabelecida neste Edital.
- 7.3 Notificar o fornecedor, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no objeto fornecido, para que seja substituído.
- 7.4 Indicar os locais e horários em que deverá ser entregue o objeto.
- 7.5 Permitir ao pessoal do fornecedor acesso ao local da entrega, observadas as normas de segurança.
- 7.6 Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

8. DA LICITAÇÃO

- 8.1 Homologado o resultado da licitação, o contrato será encaminhado, mediante aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, à licitante vencedora, para que seja assinado no prazo de 3 (três) dias úteis a contar do seu recebimento, sob pena de decair do direito à futura contratação, sem prejuízo das penalidades previstas neste edital. Se a licitante vencedora, injustificadamente, não devolvê-lo devidamente assinado no prazo de 3 (três) dias úteis, após seu recebimento, poderá ser convocada outra licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o referido instrumento.
 - 8.1.1 O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora, durante o seu transcurso, e desde que aceite por este órgão público.
- 8.2 A vigência do contrato será da data de sua assinatura até 31/12/2016.
- 8.3 Os preços consignados nas propostas poderão ser reajustados, mediante comprovação de variação de mercado, em conformidade com a cláusula 3ª do Termo de Contrato, anexo deste Edital.
- 8.4 Se a proposta da licitante vencedora não atender ao quantitativo total estimado para a contratação, respeitada a ordem de classificação, poderão ser convocadas tantas licitantes quantas forem necessárias para alcançar o total estimado, observado o preço da proposta vencedora.
- 8.5 O contrato poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 8.6 O preço pactuado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador do contrato promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.
- 8.7 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:
 - 8.7.1 Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
 - 8.7.2 Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;



8.7.3 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

8.8 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

8.8.1 Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;

8.8.2 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

8.9 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à anulação do contrato, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

9. DA FISCALIZAÇÃO

9.1. Nos termos do art. 67, § 1º, da Lei nº 8.666, de 1993 este órgão público designará um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do serviço e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados, em conformidade com o disposto na cláusula 9ª do Termo de Contrato.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas correrão à conta dos recursos consignados às Secretarias, através de previsão no Orçamento Municipal, para o exercício de 2016, em conformidade com as dotações orçamentárias e disponibilidades financeiras informadas através da Secretaria Municipal de Finanças desta Municipalidade.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 - A recusa da contratada em entregar o objeto dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-se às penalidades legalmente previstas.

11.2 - O atraso injustificado no cumprimento das cláusulas do contrato sujeitará a proponente vencedora à multa de mora, fixada neste Contrato. A multa poderá ser descontada dos pagamentos, ou cobrada judicialmente, quando for o caso.

11.3 - A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato ou instrumento equivalente, sujeitará a contratada, além das penalidades referidas no item anterior, a multa de mora, graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

- a) Advertência por escrito;
- b) 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no caso de recusa do adjudicatário em firmar o contrato ou retirar a nota de empenho, dentro do prazo de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;
- c) 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento não realizado;
- d) 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.
- e) Suspensão temporária de participação em licitação, ou impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;



f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração.

11.3.1 - Antes da aplicação de qualquer penalidade será garantido à contratada o contraditório e a ampla defesa. A multa será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela **PMPC** ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

11.4 - As sanções previstas no subitem 11.3 poderão cumular-se e não excluem a possibilidade de rescisão administrativa do contrato, garantida a defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis nos casos das letras "a", "b", "c" "d" e "e" e 10 (dez) dias corridos para a letra "f", a partir do recebimento das mesmas.

11.5 - As sanções estabelecidas no subitem 11.3 letra "e" e letra "f" são da competência do Prefeito Municipal.

11.6 - As sanções previstas no subitem 6.3 letra "e" e letra "f", poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em outras contratações com a Administração Pública de qualquer nível federativo, ou com autarquias, fundações, empresas públicas ou de sociedade de economia mista:

- Tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- Tenham demonstrado não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de outros atos ilícitos praticados.

11.7 - As multas previstas nesta Cláusula deverão ser recolhidas ao Município, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da data da notificação para esse fim.

11.8 - As multas aqui referidas serão aplicadas após regular processo administrativo e serão exigíveis desde a data do ato, fato ou omissão que lhes tiver dado causa, podendo ser descontadas de créditos relativos aos termos do edital ou cobradas judicialmente.

DEMAIS CONDIÇÕES:

- **As características descritas dos objetos constantes deste Termo de Referência são as mínimas exigidas.**

- **Os objetos deverão ser de boa qualidade e estar de acordo com as características e especificações mínimas descritas neste Termo de Referência.**

- **O pagamento** será realizado, **em até 10 (dez) dias** após a apresentação da competente nota fiscal correspondente ao grupo que deverá conter obrigatoriamente o visto da Secretaria, em conformidade com o disposto na cláusula 2ª do Termo de Contrato, anexo deste Edital.

- A Prefeitura Municipal de Pedro Canário não efetua pagamento antecipado, não sendo considerados os itens das propostas que assim se apresentarem.



PREGÃO PRESENCIAL 0043/2016
ANEXO II
MODELO DE CREDENCIAMENTO

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, de de 2016.

Ao
Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Pedro Canário

Assunto: Credenciamento para a participação no **Pregão nº 0043/2016.**

O(s) abaixo assinado(s), na qualidade de responsável(is) legal(is) pela Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____ vem pela presente, informar a V.S^{as}, que o(a) Sr.^(a) _____, Carteira(s) de identidade nº(s) _____ (apresentar o original) é pessoa autorizada a representar, em todos os atos, a pessoa jurídica acima citada durante a realização do Pregão em epígrafe, podendo para tanto, oferecer novos lances verbais, transigir, renunciar a recursos, requerer, assinar, enfim, praticar todos os atos referentes ao certame.

Assinatura Identificável
(nome do representante da empresa)

Obs.: Deverá ser apresentado documento que comprove que o subscritor tem poderes para a outorga (item 3.2.3).



PREGÃO PRESENCIAL 0043/2016

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

Em cumprimento as determinações da Lei nº 8.666/93, para fins de participação no pregão acima, a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, estabelecida à _____, nº _____, _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a). _____, inscrito(a) no CPF nº _____, DECLARA que conhece e aceita todos os parâmetros e elementos para a contratação, e que a proposta apresentada atende integral e irrevogavelmente os requisitos constantes do ato convocatório e seus anexos, e que:

- a) Declara, para fins de participação no **Pregão Presencial nº 0043/2016**, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta Empresa, na presente data, é **beneficiária** e está excluído das vedações constantes do **parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. (Somente deixar esta quando se enquadrar nesta condição, em caso negativo favor RETIRAR).**
- b) DECLARA, **sob as penas da lei**, principalmente a disposta no **art. 7º da Lei nº 10.520/02**, que satisfaz plenamente todas as exigências habilitatórias previstas no certame epigrafado, em obediência ao disposto no **art. 4º, VII da Lei nº 10.520/02**.
- c) Declara sob as penalidades cabíveis, que não existe superveniência de fato impeditiva à sua habilitação/participação no certame, que comunicará previamente a Prefeitura Municipal de Pedro Canário – ES, sobre a superveniência de fatos impeditivos, que porventura ocorram com a empresa, especificamente, as do **art. 78, VI, IX, X, XI, da Lei nº 8.666/93**.
- d) Declara que não está impedida de contratar com a Administração Pública direta ou indiretamente;
- e) Declara que não foi declarada inidônea pelo Poder Público de nenhuma esfera;
- f) Declara sob as penas da Lei em cumprimento ao disposto no *inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição da República*, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos em qualquer outro tipo de trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos. (Lei nº 9.854, de 27/10/99).
- g) Declara que estão inclusos nos preços propostos os custos de fornecimento, dentre eles, os encargos sociais, impostos, taxas, seguros, transportes, embalagens, licenças, despesas de frete e todas as demais despesas necessárias para o fornecimento do respectivo objeto, conforme termo de referência e demais condições previstas no edital e Leis de regência.
- h) Declara que tem conhecimento das exigências do Edital acima descrito e do objeto licitado.
- i) Declara que concorda com os critérios de julgamento e a acatará quaisquer decisões que venham a ser tomadas pela Comissão de Licitação durante o procedimento licitatório, desde que subordinadas às normas legais e regulamentares; e de que os trabalhos, objeto do presente Edital, serão integralmente desenvolvidos em pleno acordo com o edital.
- j) Declara sob as penas da lei que dispõe do objeto desta licitação.



Prefeitura Municipal de Pedro Canário

Estado do Espírito Santo

Comissão Permanente de Licitação

Por ser verdade, eu _____, representante legal desta empresa, firmam a presente.

Cidade XXXX, de de 2016.

Nome da empresa
Nome: Carga: CI nº: CPF nº:

OBS.: Esta declaração deverá estar devidamente assinada e reconhecida firma em cartório.



PREGÃO PRESENCIAL 0043/2016

ANEXO IV

Processo nº 5335/2015, 0054/2016, 0435/2016, 6240/2015, 6241/2015, 0267/2015, 5490/2015.
Pregão nº 0043/2016
Contrato nº ____/2016.

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

CONTRATO DE _____, QUE
ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO
DE PEDRO CANÁRIO E A EMPRESA
_____, NA
FORMA ABAIXO.

O **Município de Pedro Canário**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 28.539.872/0001-41, com Sede à Rua São Paulo, n.º 220, Bairro Boa Vista, Pedro Canário/ES, adiante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. _____, brasileiro, (Estado Civil), (Profissão), portador da CI (RG) nº _____, inscrito no CPF sob o n.º _____, residente nesta Cidade e a Empresa _____, doravante denominada **CONTRATADA**, com sede _____(endereço completo)_____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____ neste ato representada pelo _____(condição jurídica do representante)_____, Sr. _____(nome, nacionalidade, estado civil, profissão)_____ ajustam o presente contrato de **fornecimento de materiais de consumo, destinados as Secretarias Municipais, desta municipalidade de Pedro Canário, para o exercício de 2016**, nos termos da **Lei nº 10.520/02 e Lei 8.666/93, e alterações posteriores**, de acordo com o que constam dos Processo de nº. **5335/2015, 0054/2016, 0435/2016, 6240/2015, 6241/2015, 0267/2015, 5490/2015**. parte integrante deste instrumento independentemente de transcrição juntamente com a Proposta apresentada pela Contratada datada de ____/____/____, ficando, porém, ressalvadas como não transcritas as condições nela estipuladas que contrariem as disposições deste Contrato, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:

1.1 - O objeto do presente contrato é a **contratação de pessoa jurídica para fornecimento de materiais de consumo, destinados as Secretarias Municipais, desta municipalidade de Pedro Canário, para o exercício de 2016**, em conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência, Anexo I deste CONTRATO.

1.2 - Dotação Orçamentária:

1.2.1 - As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Orçamento vigente do Município de Pedro Canário – Processo nº 5335/2015.

Ficha: 0000061.

Órgão: 050000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

Unidade Orçamentária: 050100 – GABINETE DO SECRETÁRIO.

Função: 04 – ADMINISTRAÇÃO.

Sub Função: 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL.

Programa: 0005 – CONTROLE ADMINISTRATIVO.



Projeto/Atividade: 2.005 – MANUT. DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA.
Elemento de Despesa: 33903000000 – MATERIAL DE CONSUMO.
Fonte do recurso: 10000000 – RECURSOS ORDINÁRIOS.

Orçamento vigente do Município de Pedro Canário – Processo nº 0054/2016.

Ficha: 0000262.

Órgão: 080000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS.

Unidade Orçamentária: 080100 – GABINETE DO SECRETÁRIO.

Função: 15 – URBANISMO.

Sub Função: 451 – INFRAESTRUTURA URBANA.

Programa: 0008 – INFRAESTRUTURA DE OBRAS PÚBLICAS ESTRADAS VICINAIS.

Projeto/Atividade: 2.032 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA.

Elemento de Despesa: 33903000000 – MATERIAL DE CONSUMO.

Fonte do recurso: 10000000 – RECURSOS ORDINÁRIOS.

Orçamento vigente do Município de Pedro Canário – Processo nº 0435/2016.

Ficha: 0000455.

Órgão: 110000 - SECRETARIA MUNICIPAL AGRICULTURA.

Unidade Orçamentária: 110100 – GABINETE DO SECRETÁRIO.

Função: 20 – AGRICULTURA.

Sub Função: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL.

Programa: 0018 – DEFESA DO INTERSSE PÚBLICO.

Projeto/Atividade: 2.069 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA.

Elemento de Despesa: 33903000000 – MATERIAL DE CONSUMO.

Fonte do recurso: 10000000 – RECURSOS ORDINÁRIOS.

Orçamento vigente do Município de Pedro Canário – Processo nº 6240/2015.

Ficha: 0000493.

Órgão: 120000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES.

Unidade Orçamentária: 120100 – GABINETE DO SECRETÁRIO.

Função: 15 – URBANISMO.

Sub Função: 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL.

Programa: 0021 – INFRAESTRUTURA DE ESTRADAS VICINAIS.

Projeto/Atividade: 2.082 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA.

Elemento de Despesa: 33903000000 – MATERIAL DE CONSUMO.

Fonte do recurso: 10000000 – RECURSOS ORDINÁRIOS.

Orçamento vigente do Município de Pedro Canário – Processo nº 6241/2015.

Ficha: 0000496.

Órgão: 120000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES.

Unidade Orçamentária: 120100 – GABINETE DO SECRETÁRIO.

Função: 15 – URBANISMO.

Sub Função: 122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL.

Programa: 0021 – INFRAESTRUTURA DE ESTRADAS VICINAIS.

Projeto/Atividade: 2.082 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA.

Elemento de Despesa: 33903000000 – MATERIAL DE CONSUMO.

Fonte do recurso: 16050000 – ROYALTIES DO PETROLEO.

Orçamento vigente do Município de Pedro Canário – Processo nº 5592/2015.

Ficha: 0000127.

Órgão: 070000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Unidade Orçamentária: 070100 – GABINETE DO SECRETÁRIO E VINCULADOS.

Função: 12 – EDUCAÇÃO.

Sub Função: 365 – EDUCAÇÃO INFANTIL.

Programa: 0007 – EDUCAÇÃO PARA TODOS.

Projeto/Atividade: 2.014 – MANUT. DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA.



Elemento de Despesa: 33903000000 – MATERIAL DE CONSUMO.
Fonte do recurso: 11010000 – MDE.

Orçamento vigente do Município de Pedro Canário – Processo nº 0267/2016.

Ficha: 0000032.

Órgão: 040000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS.

Unidade Orçamentária: 040100 – GABINETE DO SECRETÁRIO.

Função: 04 – ADMINISTRAÇÃO.

Sub Função: 123 – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA.

Programa: 0004 – ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA.

Projeto/Atividade: 2.004 – MANUT. DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA.

Elemento de Despesa: 33903000000 – MATERIAL DE CONSUMO.

Fonte do recurso: 10000000 – RECURSOS ORDINÁRIOS.

Orçamento vigente do Município de Pedro Canário – Processo nº 5490/2015.

Ficha: 0000030.

Órgão: 090000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Unidade Orçamentária: 090100 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Função: 10 – SAÚDE.

Sub Função: 301– ATENÇÃO BÁSICA.

Programa: 0009 – SAÚDE PARA TODOS.

Projeto/Atividade: 2.038 – PAB FIXO.

Elemento de Despesa: 33903000000 – MATERIAL DE CONSUMO.

Fonte do recurso: 12030000 – RECURSOS DO SUS.

CLÁUSULA SEGUNDA - VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

2.1 – O valor do presente contrato é de R\$ _____ (_____) sendo que o pagamento será realizado, **em até 10 (dez) dias** após a apresentação da competente nota fiscal correspondente ao grupo, que deverá conter obrigatoriamente, o visto da Secretaria Municipal de _____.

2.1.1 - A liquidação das despesas obedecerá rigorosamente o estabelecido na **lei nº 4.320/64**.

2.2 – Ocorrendo erros na apresentação do(s) documento(s) fiscal(is), o(s) mesmo(s) será(ão) devolvido(s) à contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação da nova fatura, devidamente corrigida.

2.3 – A PMPC poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pela contratada, em decorrência de inadimplemento contratual.

2.4 – O pagamento da fatura somente será feito em carteira ou cobrança simples, sendo expressamente vedada à contratada a cobrança ou desconto de duplicatas por meio da rede bancária ou de terceiros.

2.5 – Para a efetivação do pagamento o licitante deverá manter as mesmas condições previstas no edital no que concerne a **PROPOSTA e a HABILITAÇÃO. Art. 55, inciso XIII da Lei nº 8.666/93.**

2.6 - O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, em conformidade com o **Art. 65, § 1º da Lei 8.666/1993**.

2.7 - Será observado o prazo de até 10 (dez) dias para pagamento, contados a partir da apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente **atestada** pelo setor competente e, conforme dispõe o **art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93**.



2.8 - Transcorrido o prazo estabelecido no presente instrumento para o pagamento, o Município fica obrigado a atualizar os valores do débito, tendo por base a data do adimplemento das obrigações até a do efetivo pagamento, aplicando as atualizações com base nos índices estabelecidos pelo Governo Federal à época dos fatos, em conformidade com o disposto no **inciso XIV, alíneas "c" e "d" do Art. 40 da Lei 8.666/93.**

CLÁUSULA TERCEIRA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

3.1 – Os preços poderão se reajustados, mediante comprovação de variação de mercado.

3.2 - O valor pactuado poderá sofrer reajuste de preços na sua periodicidade, podendo sofrer variações para manutenção do equilíbrio econômico financeiro do Contrato, baseando-se para tal procedimento na **alínea "d" do inciso "II" do artigo 65 da lei 8.666/93 e alterações.**

CLÁUSULA QUARTA – PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

4.1 - O prazo para assinatura do Contrato é de até 03 (três) dias úteis, contados a partir da data da convocação para esse fim.

4.2 – O prazo de vigência do Contrato será da data de sua assinatura **até 31/12/2016**, obedecidos aos prazos legais para sua publicação, na forma da Lei, sendo que fornecimento somente se dará após o recebimento da Ordem de Fornecimento emitida pela Secretaria Municipal de _____, podendo, a critério da Municipalidade, ser prorrogado, até o limite previsto no **art. 57 da Lei 8.666/93.**

4.3 - A fiscalização fornecerá, junto com a Autorização de Fornecimento, todos os elementos indispensáveis ao início do fornecimento.

4.4 - Prazo de entrega: A entrega será **PARCELADA**, e deverá ser realizada no **almoxarifado, em até 05 (cinco) dias** após o recebimento da "Ordem de Fornecimento" emitida pela Secretaria e em conformidade com o cronograma de entrega.

4.4.1 – Os objetos descritos no Anexo deverão ser entregue no almoxarifado localizado à Rua São Paulo, n.º 220, Bairro Boa Vista Centro Pedro Canário/ES, em horário comercial conforme estipulado na respectiva Ordem de Fornecimento.

4.1.2 – Os objetos deverão estar estritamente de acordo com as especificações constantes na Folha Adicional em anexo I.

4.1.3 - Decorridos 60 (sessenta) dias da data de entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos. (artigo 64, § 3º da Lei 8.666/93).

4.5 - Entende-se como prazo de entrega o tempo, em dias úteis, necessário para que os objetos sejam entregues nos locais determinados pelo órgão requisitante, aceitos, livres de quaisquer ônus.

4.6 - O objeto em desacordo com as especificações, com faltas e avarias, de responsabilidade da empresa, deverá ser substituído. Nestes casos o prazo para reposição e/ou substituição será determinado pela Unidade responsável pelo seu recebimento, observado o item 5.3.

4.7 - A eventual reprovação do objeto, em qualquer fase de sua entrega, não implicará em alteração dos demais prazos contratuais, nem eximirá a Contratada da aplicação das multas contratuais a que está sujeita.

4.8 - Os prazos de entrega admitem prorrogação, a critério do setor requisitante, devendo ser justificado por escrito e previamente autorizado pela responsável, desde que ocorra algum dos seguintes motivos:

a) Alteração das especificações pela Administração;



- b) Superveniência de fato excepcional e imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de cumprimento do Edital e execução do Contrato;
- c) Interrupção da execução da Autorização de Fornecimento ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;
- d) Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato;
- e) Impedimento de cumprimento do Edital execução do Contrato por fato ou ato de terceiros, reconhecido pela Administração em documentos contemporâneos a sua ocorrência;
- f) Omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

4.9 - Constatada a interrupção do fornecimento, por motivo de força maior, o prazo estipulado no edital deverá ser prorrogado pelo período razoavelmente necessário à sua retomada.

4.10 - Os materiais deverão ser entregue no **Almoxarifado**, sede deste Município de Pedro Canário - ES.

CLÁUSULA QUINTA - GARANTIAS

5.1 - A licitante deverá oferecer garantia por quaisquer defeitos constatados nos objetos entregues, sem quaisquer ônus para este Município, sendo responsável pela retirada e entrega dos objetos no setor de origem. Durante este período o fornecedor ficará obrigado a efetuar, as suas expensas, as alterações e/ou substituições que se fizerem necessárias, em decorrência de anomalias, vícios ou defeitos de fabricação, bem como falhas ou imperfeições constatadas nas características a que se destina.

5.2 - A fiscalização e inspeção dos objetos ficarão a cargo de servidores especialmente designados para isto, em conformidade com a cláusula 9ª deste contrato.

5.3 - A licitante assumirá integral e exclusivamente todas as responsabilidades no que diz respeito às obrigações fiscais, e todos os demais encargos que porventura venham incidir sobre o objeto deste Edital.

CLÁUSULA SEXTA – PENALIDADES

6.1 - A recusa da contratada em entregar o objeto dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-se às penalidades legalmente previstas.

6.2 - O atraso injustificado no cumprimento das cláusulas do contrato sujeitará a proponente vencedora à multa de mora, fixada neste Contrato. A multa poderá ser descontada dos pagamentos, ou cobrada judicialmente, quando for o caso.

6.3 - Pela inexecução total ou parcial dos termos do contrato o município poderá aplicar as seguintes sanções, garantida prévia defesa:

- a) Advertência por escrito;
- b) Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia útil de atraso sobre o valor total do contrato, se as entregas dos objetos não forem na data prevista até o período máximo de 30 (trinta) dias.
- c) Multa cominatória de até 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato, após esgotado o prazo fixado no subitem anterior;
- d) Suspensão temporária de participação em licitação, ou impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;



e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração.

6.4 - As sanções previstas no subitem 6.3 poderão cumular-se e não excluem a possibilidade de rescisão administrativa do contrato, garantida a defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis nos casos das letras "a", "b", "c" e "d" e 10 (dez) dias corridos para a letra "e", a partir do recebimento das mesmas.

6.5 - As sanções estabelecidas no subitem 6.3 letra "d" e letra "e" são da competência do Prefeito Municipal.

6.6 - As sanções previstas no subitem 6.3 letra "d" e letra "e", poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em outras contratações com a Administração Pública de qualquer nível federativo, ou com autarquias, fundações, empresas públicas ou de sociedade de economia mista:

- Tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- Tenham demonstrado não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de outros atos ilícitos praticados.

6.7 - As multas previstas nesta Cláusula deverão ser recolhidas ao Município, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da data da notificação para esse fim.

6.8 - As multas aqui referidas serão aplicadas após regular processo administrativo e serão exigíveis desde a data do ato, fato ou omissão que lhes tiver dado causa, podendo ser descontadas de créditos relativos aos termos do edital ou cobradas judicialmente.

CLÁUSULA SETIMA - RESCISÃO

7.1 - A rescisão do Contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrita da Administração, nos casos previstos no artigo 78 da Lei 8.666/93, dentre eles:

- 1 Não cumprimento pela CONTRATADA de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos ou o seu cumprimento irregular;
- 2 Descumprimento do Contrato, levando o Município a comprovar a impossibilidade dos serviços no prazo determinado;
- 3 Atraso injustificado no início dos serviços;
- 4 Paralisação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação ao Município por prazo superior a 3 (três) dias;
- 5 Subcontratação total ou parcial do objeto do Contrato, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como fusão, cisão ou incorporação, não admitidos no Contrato;
- 6 Desatendimento das determinações regulares da autoridade designada pelo Município para a fiscalização da execução do Contrato, assim como as de seus superiores;
- 7 Cometimento reiterado de faltas na sua execução;
- 8 Decretação de falência da CONTRATADA;
- 9 Dissolução da sociedade;
- 10 Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do Contrato;
- 11 Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificados e determinados pelo Prefeito Municipal;



12 Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.

7.2 - Declarada a rescisão do Contrato, a CONTRATADA receberá do CONTRATANTE apenas o pagamento do material entregue, depois de conferidos e aprovados pela fiscalização.

CLÁUSULA OITAVA - REAJUSTAMENTO

8.1 - Independentemente do prazo contratual, quando a soma dos pagamentos dos valores básicos efetuados pelo município à contratado, em decorrência do presente contrato, atingir o valor total estimado previsto no item 2.1, tendo em vista ao aumento de serviço, o valor do contrato será acrescido através de Aditivo Contratual.

CLÁUSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

9.1 - A fiscalização da entrega do objeto deste contrato será de competência e responsabilidade exclusiva do Município através de seu representante legal que será indicado pelo Secretário da pasta, através de portaria interna, a quem caberá verificar se, na sua execução, estão sendo cumpridos os termos do Contrato, o Termo de Referência, suas especificações e demais requisitos, bem como atestar as notas fiscais/faturas, com vistas a posterior autorização dos pagamentos, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para a fiel execução dos serviços contratados.

CLÁUSULA DECIMA - CONDIÇÕES DA EXECUÇÃO

10.1 - A entrega dos objetos deste Contrato dar-se-ão junto ao **almoxarifado** Municipal da Prefeitura de Pedro Canário.

10.2 - **A CONTRATADA** obrigar-se-á a fornecer informações, sempre em regime de entendimento com a fiscalização, dispondo esta de amplos poderes para atuar no sentido do fiel cumprimento do Contrato.

10.3 - O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. As decisões e providências que ultrapassem o limite de competência da fiscalização deverão ser solicitadas aos seus superiores para a adoção das medidas cabíveis.

10.4 - **A CONTRATADA** é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais ou comerciais da execução do Contrato.

10.5 - Cabe à **CONTRATADA**, permitir e facilitar à fiscalização dos serviços, em qualquer dia e hora devendo prestar todos os informes e esclarecimentos solicitados.

10.6 - A **CONTRATADA** é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

11.1 - A **CONTRATADA** será responsável pela qualidade do objeto, descritos no objeto deste instrumento.

11.2 - A **CONTRATADA** compromete-se a entregar o objeto conforme descrito no anexo ao Edital, parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

12.1 - O Contrato poderá ser alterado, de acordo com o disposto no artigo 65 da Lei 8.666/93.



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 - Para dirimir questões oriundas deste Edital e do futuro contrato, fica eleito o Foro de Pedro Canário - ES, Comarca de Pedro Canário.

13.2 – Faz parte do presente Contrato integrando-o de forma plena, independentemente de transcrição:

13.2.1 – *Anexo I – Termo de Referência - Especificação do objeto e demais condições;*

Pedro Canário, ____ de _____ de 2015.

(Nome)
Prefeito Municipal
Contratante

Contratada



PREGAO PRESENCIAL 0043/2016

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

3. OBJETIVO

3.1. Em observância ao disposto na **Lei Municipal nº 964, de 30/12/2010**, elaboramos o presente Termo de Referência para que, através do procedimento legal pertinente, seja efetuada a **contratação de pessoa jurídica para fornecimento de materiais de consumo, destinados as Secretarias Municipais, desta municipalidade de Pedro Canário, para o exercício de 2016**, destinados as Secretarias Municipais, desta municipalidade de Pedro Canário, para o exercício de 2016, em conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

4. A participação de qualquer proponente vencedor no processo implica a aceitação tácita, incondicional, irrevogável e irretroatável dos seus termos, regras e condições. Nos preços já estão inclusas todas as despesas tais como: despesa com funcionários, materiais utilizados, impostos, transportes, taxas ou o outras.

2.1 Segue abaixo quadro com a especificação básica de cada item:

ITEM	DESCRIÇÃO BÁSICA (*)	UNIDADE DE MEDIDA
1	Açúcar cristal, em pacotes de 2kg.	KG
2	Café especial torrado e moído, em pacotes de 250g.	KG
3	Leite Integral - cx com 12 unidades de O1 Litro cada - Embalagem Pack.	CX
4	Margarina - Pote de 500g - com sal, sem colesterol, sem glúten.	POTE
5	Pão Francês.	KG

2.1.1 ESPECIFICAÇÕES BÁSICAS DOS MATERIAIS E ESTIMATIVA DE CONSUMO ANUAL POR SECRETARIA.

ITEM	UNID	QTDE	DESCRIÇÃO DO OBJETO	MARCA	PREÇO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – PROC. Nº 5335/2015.						
1	KG	70	Açúcar cristal, em pacotes de 2kg.			
2	KG	30	Café especial torrado e moído, em pacotes de 250g.			
SOMA I						
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS – PROC. Nº 0054/2016.						
3	KG	1000	PÃO FRANCÊS			
4	POTE	220	MARGARINA - POTE DE 500G - COM SAL , SEM COLESTEROL, SEM GLUTEN.			
5	CX	84	LEITE INTEGRAL - CX COM 12 UNIDADES DE O1 LITRO CADA - EMBALAGEM PACK.			
6	KG	140	Açúcar cristal, em pacotes de 2kg.			
7	KG	140	Café especial torrado e moído, em pacotes de 250g.			
SOMA II.....						
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA – PROC. Nº 0435/2016.						



Prefeitura Municipal de Pedro Canário

Estado do Espírito Santo

Comissão Permanente de Licitação

8	KG	250	Açúcar cristal, em pacotes de 2kg.			
9	KG	36	Café especial torrado e moído, em pacotes de 250g.			
SOMA III.....						
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES – PROC. Nº 6240/2015.						
10	KG	140	Açúcar cristal, em pacotes de 2kg.			
11	KG	50	Café especial torrado e moído, em pacotes de 250g.			
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES – PROC. Nº 6241/2015.						
12	Kg	1000	Pão Frances			
13	Pote	130	Margarina - Pote de 500g - Com Sal , Sem Colesterol, Sem Gluten.			
14	CX	50	Leite Integral - Cx Com 12 Unidades de O1 Litro Cada - Embalagem Pack.			
SOMA IV.....						
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PROC. Nº 5592/2015.						
15	KG	150	Açúcar cristal, em pacotes de 2kg.			
16	KG	70	Café especial torrado e moído, em pacotes de 250g.			
SOMA V.....						
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS – PROC. Nº 0267/2016.						
17	KG	130	Açúcar cristal, em pacotes de 2kg.			
18	KG	50	Café especial torrado e moído, em pacotes de 250g.			
SOMA VI.....						
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – PROC. Nº 5490/2015.						
19	KG	500	Açúcar cristal, em pacotes de 2kg.			
20	KG	80	Café especial torrado e moído, em pacotes de 250g.			
SOMA VII.....						
TOTAL GERAL.....						

(*) A especificação detalhada é dada nos subitens abaixo.

2.2. ESPECIFICAÇÃO DO ITEM 01 (AÇÚCAR CRISTAL).

2.2.1 O Açúcar deverá ser do tipo cristal, com aspecto, cor e cheiro próprios, sabor doce, isento de sujidades, parasitas, materiais terrosos e detritos animais ou vegetais, acondicionado em saco plástico atóxico e suas condições deverão estar de acordo com a NTA-52/53 (decreto 12.486 de 20/10/78).

2.2.2 O açúcar deverá estar empacotado em embalagens de 01 (um) quilograma, com dados de identificação e data de fabricação, número do lote e registro no IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool expressos, além de prazo de validade não inferior a 12 meses, contado a partir da efetiva entrega do produto.

2.3. Especificação do ITEM 02 (café torrado e moído)

2.3.1 A qualidade do café deverá obedecer à resolução 277, de 22.09.2005, da ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária; a Instrução Normativa nº 8 de 11.07.2003, do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e, complementarmente e a Norma de Qualidade Recomendável ABIC/PQC, de 28.04.2004, que adotou o Nível Mínimo de Qualidade de 4,5 pontos.



2.3.2 A empresa vencedora deverá apresentar juntamente com a proposta o Certificado de Autorização ao Uso do Selo de Pureza ABIC – Associação Brasileira da Indústria de Café, atualizado.

2.3.3 No rótulo da embalagem do produto deverão estar impressas, de forma clara e indelével, informações referentes à identificação e marca, nome e endereço do produtor, peso líquido e a validade do produto.

2.3.4 Outras características:

2.3.4.1. Acondicionamento: embalagem à vácuo, com registro da data de fabricação e validade estampadas na embalagem e validade mínima de 17 meses a contar da entrega pelo fornecedor.

2.3.4.2. Aspecto: em pó homogêneo, torrado e moído.

2.3.4.3. Classificação: no máximo 20% PVA (grãos pretos, verdes e ou ardidos).

2.3.4.4. Ponto de torra: média.

2.3.4.5. Bebida: mole.

2.3.4.6. Aroma: suave.

2.3.4.7. Sabor: intenso.

2.3.4.8. Qualidade: 7,3 pontos ou mais, na escala de zero a dez do NMQ ABIC.

2.3.4.9. Moagem: média.

2.3.4.10. Corpo: encorpado.

3. JUSTIFICATIVA

3.1. A aquisição dos produtos, objeto deste expediente, é necessária para proporcionar uma melhora no ambiente de trabalho nas dependências das Secretarias e suas unidades descentralizadas, localizadas no interior do Município, permitindo ao público interno e externo condições mínimas de conforto.

3.1.1 Quanto ao critério de julgamento de menor preço, foi realizada pesquisa de mercado com objetivo de apurar a média dos preços locais. Assim, as propostas deverão observar os valores de referência abaixo indicados. Espera-se com isso conseguir a proposta mais vantajosa para a Administração, melhor alocando os recursos públicos, fator indispensável à boa gestão administrativa.

3.1.2 O critério de aceitabilidade serão os preços unitários máximos abaixo definidos:

4. QUANTIDADES E VALORES MÁXIMOS ADMITIDOS

ITEM	Descrição Básica	UNIDADE DE MEDIDA	Quantidade	Valor Máximo	
				Unitário	Total
1	Açúcar cristal, em pacotes de 2kg.	KG	1.380	3,60	4.968,00
2	Café especial torrado e moído, em pacotes de 250g.	KG	456	21,00	9.576,00
3	Leite Integral - cx com 12 unidades de O1 Litro cada - Embalagem Pack.	CX	134	42,00	5.628,00
4	Margarina - Pote de 500g - com sal, sem	POTE	350	6,50	2.275,00



	colesterol, sem glúten.				
5	Pão Francês.	KG	2000	11,30	22.600,00

4.1 - Considerando que vários itens repetem os mesmos objetos, diferentes apenas nos quantitativos, sendo assim, informamos que os valores das propostas de preços unitários apresentadas para os objetos repetidos deverão ser iguais para todos os programas.

5. DOS PRAZOS E LOCAL DAS ENTREGAS

5.1. Os objetos descritos no Anexo deverão ser entregue no **almoxarifado** localizado à Rua São Paulo, n.º 220, Bairro Boa Vista Centro Pedro Canário/ES, ou se for o caso, em almoxarifado específico da secretaria interessada, em horário comercial conforme estipulado na respectiva Ordem de Fornecimento.

5.2. O recebimento dos produtos ocorrerá em dias úteis que sejam de expediente normal de trabalho da Prefeitura. Serão efetuadas no horário das 8h00min às 11h00min, ou das 13h às 18h00min. Além disso, o dia imediatamente posterior ao selecionado para entrega também deve ser útil e de expediente normal da Prefeitura.

5.3. Para entregas fora do horário definido no item 5.2, o interessado deve requerer antecipadamente a Secretaria interessada, que decidirá sobre a possibilidade de atendimento em cada caso.

5.4. Se deferido o pedido mencionado na cláusula 5.3, o interessado agendará com a Secretaria um horário para a entrega dentro do período das 8h00min às 11h00min, ou das 13h00 às 18h00min dos dias úteis e de expediente normal de trabalho da Prefeitura Municipal, desde que o dia imediatamente posterior também seja útil e de expediente normal da Prefeitura.

5.5. O horário agendado em virtude da cláusula 5.4 será decidido pela Secretaria interessada, que definirá o momento mais razoável, ou o horário de menor prejuízo ao serviço da Prefeitura.

5.6. As mercadorias serão deixadas pelo transportador ou fornecedor em local adequado, o qual será definido pelo servidor da Secretaria no momento em que estiver sendo efetuado o recebimento.

5.7. As entregas dos objetos deverão ser efetuadas sempre que forem solicitadas no prazo de até 05 (cinco) dias úteis.

5.8. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no termo de referência, devendo ser substituído no prazo de 5 (cinco) dias para todos os itens deste termo, tudo às custas da CONTRATADA, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste edital.

5.9. O objeto será recebido definitivamente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, mediante termo circunstanciado.

6. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

São obrigações do fornecedor:

6.1 fornecer o objeto de acordo com a especificação técnica e as condições estabelecidas no edital e demais anexos que fazem parte deste certame.

6.2 Cumprir os prazos estipulados para entrega do objeto, substituindo-o, às suas expensas, no prazo fixado, quando se verificarem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções.

6.3 Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.



6.4 A falta de quaisquer dos materiais cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegado como motivo de força maior para o atraso ou inexecução da obrigação e não o eximirão das penalidades a que está sujeito pelo descumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.

6.5 Indicar preposto, tão-logo assinado este instrumento, como contato para todos os atos a serem praticados no prazo de vigência do contrato.

6.6 Comunicar imediatamente à Contratante qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros considerados necessários para recebimento de correspondência.

6.7 Manter seus empregados, quando nas dependências da Contratante, devidamente identificados.

6.8 Arcar com as despesas com embalagem, seguro e transporte dos materiais até o local de entrega.

6.9 Responder por todos os ônus referentes ao fornecimento contratado, tais como impostos, taxas, encargos sociais e obrigações trabalhistas e civis, decorrentes do objeto da presente licitação.

6.10 Comunicar imediatamente à Contratante, por escrito, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a entrega dos materiais, para adoção de medidas cabíveis.

6.11 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta licitação.

6.12 Manter, durante o prazo de vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.13 O veículo de transporte deverá atender aos seguintes requisitos no trajeto da distribuidora até a localidade da entrega:

6.13.1. O veículo de transporte de açúcar e café deve estar sempre limpo para garantir a integridade e a qualidade dos produtos; ser tipo "baú" ou no mínimo deve ser coberto com uma lona.

6.13.2. Veículos de passeio não são permitidos.

6.13.3. Ter compartimento de carga limpo, sem odores ou pontas (lascas e pregos) que possam comprometer as embalagens.

6.13.4. O piso da carroceria deve estar isento de frestas e buracos para evitar a passagem de umidade e poeira.

6.13.5. Não transportar com açúcar e café, pessoas, animais, materiais de limpeza, cargas tóxicas e gás de cozinha.

6.14. A área de armazenagem de açúcar e café deverá atender basicamente as seguintes características:

6.14.1. A área de armazenagem de açúcar e café deve ser mantida limpa, seca, ventilada, com temperatura ambiente, abrigada do calor, cheiros e luz solar; teto, paredes e luminárias limpas.

6.14.2. Área fechada com intuito de impedir a entrada de pragas (insetos, pássaros, ratos, baratas e etc).

6.14.3. A área deve ser pavimentada, sem depósito de lixo.

6.14.4. Não é permitido o trânsito ou a permanência de animais domésticos (cães, gatos, pássaros, etc.) no local de armazenagem.

6.14.5. Lavar o local de armazenagem no mínimo 1 (uma) vez por semana utilizando apenas detergente neutro. Produtos que exalam cheiro são proibidos.



7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da contratante:

- 7.1 Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pelo fornecedor, nos termos do edital, do Termo de Referência e da Proposta.
- 7.2 Pagar o valor resultante do fornecimento do objeto ao fornecedor, na forma estabelecida neste Edital.
- 7.3 Notificar o fornecedor, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no objeto fornecido, para que seja substituído.
- 7.4 Indicar os locais e horários em que deverá ser entregue o objeto.
- 7.5 Permitir ao pessoal do fornecedor acesso ao local da entrega, observadas as normas de segurança.
- 7.6 Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

8. DA LICITAÇÃO

- 8.1 Homologado o resultado da licitação, o contrato será encaminhado, mediante aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, à licitante vencedora, para que seja assinado no prazo de 3 (três) dias úteis a contar do seu recebimento, sob pena de decair do direito à futura contratação, sem prejuízo das penalidades previstas neste edital. Se a licitante vencedora, injustificadamente, não devolvê-lo devidamente assinado no prazo de 3 (três) dias úteis, após seu recebimento, poderá ser convocada outra licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o referido instrumento.
 - 8.1.1 O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora, durante o seu transcurso, e desde que aceite por este órgão público.
- 8.2 A vigência do contrato será da data de sua assinatura até 31/12/2016.
- 8.3 Os preços consignados nas propostas poderão ser reajustados, mediante comprovação de variação de mercado, em conformidade com a cláusula 3ª do Termo de Contrato, anexo deste Edital.
- 8.4 Se a proposta da licitante vencedora não atender ao quantitativo total estimado para a contratação, respeitada a ordem de classificação, poderão ser convocadas tantas licitantes quantas forem necessárias para alcançar o total estimado, observado o preço da proposta vencedora.
- 8.5 O contrato poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 8.6 O preço pactuado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador do contrato promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.
- 8.7 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:
 - 8.7.1 Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
 - 8.7.2 Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;



8.7.3 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

8.8 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

8.8.1 Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;

8.8.2 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

8.9 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à anulação do contrato, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

9. DA FISCALIZAÇÃO

9.1. Nos termos do art. 67, § 1º, da Lei nº 8.666, de 1993 este órgão público designará um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do serviço e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados, em conformidade com o disposto na cláusula 9ª do Termo de Contrato.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas correrão à conta dos recursos consignados às Secretarias, através de previsão no Orçamento Municipal, para o exercício de 2016, em conformidade com as dotações orçamentárias e disponibilidades financeiras informadas através da Secretaria Municipal de Finanças desta Municipalidade.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 - A recusa da contratada em entregar o objeto dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-se às penalidades legalmente previstas.

11.2 - O atraso injustificado no cumprimento das cláusulas do contrato sujeitará a proponente vencedora à multa de mora, fixada neste Contrato. A multa poderá ser descontada dos pagamentos, ou cobrada judicialmente, quando for o caso.

11.3 - A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato ou instrumento equivalente, sujeitará a contratada, além das penalidades referidas no item anterior, a multa de mora, graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

b) Advertência por escrito;

b) 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no caso de recusa do adjudicatário em firmar o contrato ou retirar a nota de empenho, dentro do prazo de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

c) 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento não realizado;

d) 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.

e) Suspensão temporária de participação em licitação, ou impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;



f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração.

11.3.1 - Antes da aplicação de qualquer penalidade será garantido à contratada o contraditório e a ampla defesa. A multa será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela **PMPC** ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

11.4 - As sanções previstas no subitem 11.3 poderão cumular-se e não excluem a possibilidade de rescisão administrativa do contrato, garantida a defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis nos casos das letras "a", "b", "c" "d" e "e" e 10 (dez) dias corridos para a letra "f", a partir do recebimento das mesmas.

11.5 - As sanções estabelecidas no subitem 11.3 letra "e" e letra "f" são da competência do Prefeito Municipal.

11.6 - As sanções previstas no subitem 6.3 letra "e" e letra "f", poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em outras contratações com a Administração Pública de qualquer nível federativo, ou com autarquias, fundações, empresas públicas ou de sociedade de economia mista:

- Tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- Tenham demonstrado não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de outros atos ilícitos praticados.

11.7 - As multas previstas nesta Cláusula deverão ser recolhidas ao Município, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da data da notificação para esse fim.

11.8 - As multas aqui referidas serão aplicadas após regular processo administrativo e serão exigíveis desde a data do ato, fato ou omissão que lhes tiver dado causa, podendo ser descontadas de créditos relativos aos termos do edital ou cobradas judicialmente.

DEMAIS CONDIÇÕES:

- **As características descritas dos objetos constantes deste Termo de Referência são as mínimas exigidas.**

- **Os objetos deverão ser de boa qualidade e estar de acordo com as características e especificações mínimas descritas neste Termo de Referência.**

- **O pagamento** será realizado, **em até 10 (dez) dias** após a apresentação da competente nota fiscal correspondente ao grupo que deverá conter obrigatoriamente o visto da Secretaria, em conformidade com o disposto na cláusula 2ª do Termo de Contrato, anexo deste Edital.

- A Prefeitura Municipal de Pedro Canário não efetua pagamento antecipado, não sendo considerados os itens das propostas que assim se apresentarem.